



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

MEMÓRIA DA 222ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 09 de janeiro de 2014

Local: Sala de Reunião do Gabinete da Ministra, Secretaria de Direitos Humanos

Horário: 15h às 18h

Horário de início: 16:25h

Horário de término: 18h

1) DELIBERAÇÕES

1.1) Ministra Maria do Rosário

- Pontuou aos presentes que esta é a primeira reunião do Conselho do ano de 2014;
- História do CDDPH: completa 50 anos no presente ano, no dia 16 de março. Criação foi uma determinação do presidente João Goulart;
- Mesmo durante o período da ditadura, o Conselho resistiu e exerceu seu papel de defensor dos Direitos Humanos. Ele é uma ferramenta de fortalecimento do Estado democrático de Direito e, conseqüentemente, da democracia;
- Na Constituição Federal, um dos princípios fundamentais é a dignidade humana, aspecto essencial do trabalho do Conselho;
- Levantamento dos casos do sistema penitenciário acompanhados pelo CDDPH:
 - 1970: denúncias de violência em Minas Gerais;
 - Década de 1990: presídio do Carandiru, na cidade de São Paulo;
 - Década de 2000: presídio de Urso Branco, na cidade de Porto Velho, Rondônia;
 - Colapso do sistema penitenciário do Espírito Santo;

- Apresentação dos conselheiros presentes à reunião, bem como dos outros componentes da mesa;
- Explicou que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, estava neste mesmo dia na cidade de São Luís em reunião com o governo do Maranhão, e após a reunião, faria o pronunciamento público oficial do governo. Os pronunciamentos durante a Reunião Ordinária são em nome do próprio Conselho;
- Assumiu que o governo federal deve exercer seu papel na defesa contra os atos de violência, mas afirmou que o estado também deve assumir sua responsabilidade;
- Ressaltou que o CDDPH deve trabalhar baseado no relatório do CNMP e do CNJ, além do trabalho conjunto com outros órgãos, como o Judiciário, o Ministério Público e o Executivo, tanto federal quanto estadual;
- Frisou que a defesa pelo direito à vida e aos direitos humanos está acima de disputas político-partidárias. Ação do CDDPH é institucional, estando acima dos partidos, e nesse sentido, agradeceu a presença e a fala do Deputado Federal Domingos Dutra;
- Relatou os cinco casos que atualmente o Estado brasileiro responde ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos sobre a ocorrência de violações no âmbito de unidades prisionais: Urso Branco, em Rondônia; Aníbal Bruno, em Pernambuco; Parque São Lucas, em São Paulo; Presídio Central de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; e Complexo de Pedrinhas, no Maranhão. Frisou que no caso de Urso Branco trata-se de um acordo de solução amistosa monitorado pelo CDDPH;
- Sobre a questão levantada pelos magistrados do Maranhão (ver deliberações abaixo), sugeriu que conversassem ao final da reunião com a Secretária Nacional Angélica Goulart e a presidenta do CONANDA, Maria Izabel da Silva, pois a preocupação com os adolescente que cumprem medidas no sistema socioeducativo também se coaduna com as do CDDPH;
- Ao final da reunião, depois do informe do Dr. Aurélio Rios (ver deliberações abaixo), aprovou a sugestão de oficializar a Secretaria de Segurança Pública e o Governo estadual do Rio de Janeiro para exigir uma investigação adequada, com vigor e eficácia;

- A Ministra Maria do Rosário relatou o empenho junto aos estados para que esses adiram a Resolução 08/2012 que versa sobre a extinção dos “autos de resistência”, bem como a atuação junto ao Legislativo em prol da aprovação do PL, que versa sobre a mesma temática. Ambas as medidas são ações que visam para combater a violência institucional;
- Por fim, a Ministra manifestou seu pesar aos familiares do jovem João Pedro (caso do Rio de Janeiro), aos familiares da menina Ana Clara (caso do Maranhão), às famílias dos presos que sofrem violações e às próprias vítimas de violência;
- Sobre a situação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, reafirmou que seu posicionamento é o mesmo do Conselho, deliberado durante reunião, e o posicionamento oficial do governo se dará pelo pronunciamento feito pelo Ministro de Justiça, José Eduardo Cardozo;

1.2) Dra. Ivana – CNPG

- Relatou sua participação durante visita *in loco* ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas em outubro de 2013, que subsidiou a elaboração do relatório do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Em 2010, houve um motim que causou 8 mortes;
- Em 09 de outubro de 2013, rebelião dos presos foi frustrada. Após esse episódio, houve destruição do Complexo Penitenciário. O CNMP esteve em Pedrinhas pouco tempo após a destruição e, por isso, não foi possível verificar as condições da totalidade dos presos dentro do Complexo. Ainda assim foi possível verificar as condições precariedade e insalubridade;
- Relatou que até o presente momento o Termo de Ajustamento de Conduta apresentado ao governo do estado de Maranhão não foi assinado;
- Apresentou a preocupação do MP com as condições estruturais, o elevado número de presos provisórios, a ausência de fiscalização da mão de obra terceirizada, com sentenças condenatórias não executadas, e com o descontrole das atividades criminais e de fuga;
- Afirmou ainda que no interior de Pedrinhas os presos são divididos de acordo com a facção criminosa a qual pertencem, e mesmo quando não pertencem a alguma, precisam escolher uma a qual se juntar;

- Durante o período da visita do CNMP no Complexo, a Força Nacional apreendeu celulares, dinheiro, tablets e chips;
- O Judiciário estadual propôs 3 ações: fazer frente às facções criminosas, adotar um novo modelo de gestão prisional e a distribuição regional dos presos para evitar a centralização;
- Durante reunião com a governadora Roseana Sarney, insistiram para que o TAC fosse assinado, mas o governo não se posicionou com relação a tema. Também ressaltaram a necessidade de um trabalho efetivo para que o estado pudesse receber os recursos disponibilizados pelo DEPEN que foram devolvidos devido às falhas técnicas dos projetos apresentados pelo estado;
- Dra. Ivana concordou plenamente com os termos da nota pública proposta pelo conselheiro Tarcísio, afirmando que a nota traduz claramente a posição do CDDPH em cobrar institucionalmente por atitudes concretas, além de ser um reforço às ações do CNMP e ao CNJ;

1.3) Dr. Douglas Martins – CNJ

- Primeiramente, parabenizou o CDDPH e a Ministra pela iniciativa de trazer o assunto à discussão pública e aberta;
- Além de representar o Judiciário no estado do Maranhão, também participa do Conselho de Direitos Humanos do mesmo estado do qual já foi presidente;
- Durante a reunião, fez a entrega formal do relatório ao Conselho, o mesmo que foi entregue ao Ministro Joaquim Barbosa e já publicizado;
- Fez o relato das visitas e dos registros dos pedidos feitos ao estado nos últimos anos que não foram cumpridos. Nos últimos quatro anos, o CNJ vem fazendo inspeções e, conseqüentemente, relatórios e recomendações. Desde 2008, são realizados mutirões carcerários, e o que se vê é o crescimento e fortalecimento das facções criminosas;
- Fez crítica ao modelo de gestão, anteriormente já mencionado pela Dra. Ivana Farina, de divisão dos presos por facção. Além disso, há o problema de centralização dos presos no presídio de Pedrinhas. Os presos do interior são encaminhados à capital e têm a tramitação de seus processos mais demorada;

- Diante do cenário que vem se delineando nos últimos anos, acredita que não será apenas uma reunião com o governo do estado ou mais uma recomendação ao estado do Maranhão que solucionará a situação;

1.4) Dr. Aurélio Rios – PFDC

- Relembrou que CDDPH já lidou com outras questões prisionais anteriormente, mas o que surpreende é a presença maciça da imprensa, o que é positivo, pois há invisibilidade dos presos, e esse fato implica diretamente na violência sofrida pela sociedade em geral;
- Afirmou que é preciso pensar o sistema penitenciário como um todo. As situações mostradas em vídeos e relatos, como as decapitações, não são novidade;
- O governo federal deve pressionar o governo estadual a dar uma resposta mais concreta, pois os presos perdem o direito à liberdade, mas não o direito à dignidade humana. Considera ainda que após a entrega dos relatórios do CNMP e do CNJ, a situação apenas piorou;
- Cobrança de um plano emergencial, ao menos para prevenir que novas mortes aconteçam;
- Concordou com a proposta de nota pública do CDDPH, acreditando que esta seja suficientemente incisiva. Ressaltou ainda que ser preciso esperar o posicionamento do Procurador Geral da República, Dr. Janot, à intervenção federal, dado que essa não é uma decisão que cabe ao Conselho;
- Relatou o caso acontecido no dia 30 de dezembro de 2013, no Rio de Janeiro, em que um jovem de 23 anos foi morto por policiais. A primeira versão oficial dizia que houve perseguição e troca de tiros. Porém, com investigação rápida por parte da Polícia Civil do estado, na figura da delegada Marta Rocha, descobriu-se por meio de 2 laudos técnicos que os tiros foram feitos de fora para dentro do veículo do jovem, e sua identidade revelada: João Pedro Cruz Alves. Configurou-se, então, como um caso de execução, e ocultação da verdade por parte da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

1.5) Dr. Everaldo Bezerra – Conselho Federal da OAB

- No dia 16 de dezembro de 2013, foram publicadas medidas cautelares referentes ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas a serem respondidas pelo Estado brasileiro;
- Crise do Estado federado: a atitude do estado do Maranhão é de não cumprir as recomendações e não responder;
- Relatou os motivos que levaram a OAB a peticionar a intervenção federal ao PGR;
- O modelo atual do sistema penitenciário nacional é de “faculdade de presos”, com prisões medievais;
- Há duas opções: enfrentar a situação por meio da intervenção, ou manter a escolha política federativa e não fazer nada;

1.6) Ministro Alexandre Ghisleni – Ministério das Relações Exteriores

- Fez o relato sobre a situação internacional do Complexo Penitenciário de Pedrinhas;
- Duas manifestações de instituições internacionais: declaração informal do representante do Alto Comissariado da ONU, e medidas cautelares emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- Um primeiro pedido de informação já foi feito por parte da CIDH, e respondido pela SDH em outubro. Recentemente, houve novo pedido de informações, e o Estado brasileiro solicitou um prazo maior que 15 dias para responder. Caso o pedido venha ser aceito, a resposta será entregue até o início de fevereiro (07 ou 08 de fevereiro);

1.7) Deputado Nilmário Miranda

- Reiterou que a decisão sobre a intervenção federal cabe ao Procurador Geral da República, e não ao CDDPH. Mas o Conselho deve se posicionar publicamente, e fazer recomendações;

1.8) Tarciso dal Maso

- Fez a leitura da proposta da primeira declaração pública do ano do CDDPH para aprovação dos conselheiros;

1.9) Dr. Percílio Lima Sousa Neto – OAB

- Afirmou que o CDDPH tem desempenhado seu papel com neutralidade, mesmo diante da perplexidade causada pela gravidade da situação;
- Concordou com os termos da nota pública. Dentro dos limites do CDDPH, a nota é o passo inicial para enfrentar a violência;

1.10) Deputado Domingos Dutra

- Parabenizou a Ministra pela atitude de convocar a reunião e abordar a temática;
- Como relator da Comissão de Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário, em 2008, fez recomendações para o problema nacional do sistema penitenciário;
- Além do problema da privatização do sistema carcerário, há o problema da falta de diálogo e unidade de ação entre Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Sindicatos e Tribunal de Justiça, o que demonstra desorganização administrativa dos entes responsáveis pelo sistema;
- Torce pelo pedido de intervenção, pois as medidas deliberadas em Conselho e outras recomendações serão efetivadas apenas se houver a intervenção;

1.11) Dr. Edgar Flexa – ABE

- Afirmou que não acredita que sua geração verá a solução desse problema, mas as gerações futuras terão um cenário melhor caso a geração atual atue com tenacidade e esforço para mudar. Nesse sentido, colocou-se à disposição para fazer o que for necessário no esforço de melhorar as condições para as gerações futuras;

1.12) Associação dos Magistrados do Maranhão

- Maranhão tem a menor taxa de encarceramento do país. O problema não seria o número de presos (apesar de haver 5 mil mandados de prisão sem execução), e sim a falta de vagas. São seis anos sem investimentos para o sistema carcerário;
- Relatou que em 2011, no Complexo de Pinheiro, também houve casos de decapitação;
- Chama atenção especialmente para o caso dos adolescentes em conflito com a lei. No estado, há apenas 3 unidades: duas na capital, e uma na cidade de Imperatriz;

- Em 06 de junho de 2013, visitaram todas as unidades do sistema socioeducativo do estado, e diante das visitas, fizeram o relato à SDH e à governadora. Até o momento, não houve qualquer ação;
- Alerta para o fato de que o sistema socioeducativo caminha para o mesmo destino do Complexo de Pedrinhas, caso não se tome nenhuma atitude imediata;

2) Encaminhamentos

- Oficiar a governadora do estado do Maranhão informando as deliberações do CDDPH e solicitando a elaboração e apresentação de um plano emergencial com vistas à superação imediata das graves violações de direitos humanos dentro do complexo penitenciário, e enfrentamento a influência dos grupos criminosos que atuam contra a população em geral. Colocar o CDDPH à disposição para auxiliar por meio de propostas concretas de ações com vias a superação da crise;
- Oficiar a Polícia Civil e o MPE indicando a necessária apuração e responsabilização, nos termos da lei, dos mandantes e executores das ações criminosas que levaram à morte de internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, bem como da menina Ana Clara Santos;
- Oficiar o Ministério da Justiça solicitando informações sobre o cumprimento das metas do Plano Nacional de Política Penitenciária no que diz respeito ao estado do Maranhão;
- Oficiar o CNJ e o CNMP solicitando a realização de um mutirão específico para definição jurídica da situação dos presos provisórios no sistema prisional do Maranhão e para a devida separação dos detentos;
- **Recomendar uma especial atenção ao tratamento deferido aos adolescentes que cumprem medida no sistema socioeducativo do estado do Maranhão;**
- Oficiar a Polícia Civil e o MPE cobrando a responsabilização dos agentes do estado que eventualmente tenham participado de ações criminosas, bem como atos de improbidade administrativa;
- Dar ciência às organizações de direitos humanos do Maranhão (Comissão de DH da OAB, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Comitê Estadual de Prevenção e

Combate à Tortura) do posicionamento oficial do CDDPH diante da crise do Sistema Penitenciário do Maranhão, manifestando total apoio a ação dessas organizações e se colocando como canal para recebimento de denúncias, acompanhamento da situação das vítimas e construção de alternativas com vias a não-repetição de graves violações aos direitos humanos;

Oficiar a Associação Nacional de Jornais (ANJ), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação (ALTERCOM), recomendando utilização de rigorosos padrões éticos na divulgação dos fatos, em especial das imagens veiculadas nas diferentes plataformas, pautando sua atuação pela não-banalização da violência e proteção da imagem das vítimas;

- Oficiar a Secretária Nacional de Promoção e Defesa da SDH solicitando a agilização dos procedimentos para a formação do Comitê e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com a formação do seu corpo de peritos autônomos para fiscalização das unidades de privação de liberdade;
- Oficiar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), parabenizando pelas iniciativas tomadas com relação ao Complexo de Pedrinhas, e oferecendo apoio do CDDPH em medidas futuras;
- Oficiar a Secretaria de Segurança Pública e o governo do estado do Rio de Janeiro solicitando realização de investigação isenta e rigorosa sobre o caso do jovem José Alves, assassinado após fugir de blitz. Também nos ofícios, destacar a ação eficiente e célere da perícia realizada pela Polícia Civil, e parabenizar a atuação da Delegada Marta Rocha.